

## TORTURA CONTRA PESSOAS ACUSADAS DE CRIMES NO RIO DE JANEIRO: A FUNCIONALIDADE DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E POLICIAL CONTRA OS ILEGALISMOS

Paulo Cesar Pontes Fraga\*

### INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a relação de violência policial e institucional praticada contra pessoas em situação de privação de liberdade e/ou acusada de prática delituosas. Baseado na história de vida de 15 detentos do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, o trabalho é parte integrante da pesquisa "Vida Bandida: Socialização e Produção de Subjetividades na formação de carreiras criminais", desenvolvido no âmbito do PPGS, da USP. A pesquisa possibilitou observar que a violência policial e institucional é parte constituinte do sistema de contenção e repressão. A relação de azaques e corrupção não se constitui, apenas, como desvio de conduta de maus policiais e de funcionários corruptos, mas elemento presente da própria dinâmica relacional. No sentido do mapeamento e do controle da utilidade da delinqüência, segundo a concepção de Foucault. No decurso do tempo no interior do sistema carcerário foi possível observar como o tráfico de drogas atua como uma criminalidade que possui uma utilidade para o sistema penal. Essa atividade criminosa é a referência para o controle tanto da população carcerária, quanto da delinqüência. Classificam-se pessoas, mapeiam-se

\* Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz/BA. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

atividades criminais e criminalizam-se determinados indivíduos tendo como referência o tráfico.

Há uma aliança de determinadas facções com elementos da organização do sistema penitenciário, com o aparelho de repressão policial, acarretando em contribuições as mais diversas, visando o seu funcionamento. A hierarquia entre os presos não é processo recente, nem exclusivo do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, no entanto, nos últimos anos ele tem ganhado contornos específicos, com a utilização da massa carcerária para controlar o negócio das drogas e outros crimes correlatos no espaço interno e externo à cadeia.

A institucionalidade própria do tráfico se expande das favelas para o sistema e vice-versa, num *continuum* que se interliga constantemente. A criminalidade do tráfico e a delinqüência que expressa e produz, começa e termina na cadeia, estando constantemente atrelado ao sistema de contenção e repressão, contribuindo e se beneficiando desse contato. No meio dessa relação está a massa carcerária. Essas constatações foram evidenciadas. Pôde-se, a partir dessas evidências, reestruturar o próprio roteiro de entrevista e se posicionar de forma mais atenta a todo o movimento no interior do sistema e tentar desvendar algumas relações estabelecidas e os atores envolvidos. A violência policial é parte integrante da dinâmica criminal. O controle da criminalidade não representa o seu fim ou sua diminuição, ao contrário tem a intenção de efetuar as identificações. É importante observar que os nomes utilizados nas falas são fictícios e empregados para preservar a identidade dos verdadeiros depoentes.

#### MATERIAL E MÉTODOS

Foram realizadas cerca de 5 entrevistas com cada um dos participantes, buscando aprofundar aspectos institucionais e os processos de socialização de suas vidas. A técnica de história de vida visa investigar as

Paulo Cesar Pontes Fraga

relações institucionais constituídas e seus reflexos nos processos de socialização. O interesse do pesquisador não está, somente, na biografia do entrevistado, mas no sentido das relações sociais construídas, captando os elementos que escapam da trajetória individual. A fala é de sua vida, mas o sentido é social e coletivo. A descrição, portanto, estabelece nexos relacionais e exprimem o sentido de uma narrativa individual impregnada de atravessamentos os mais diversos. De outro modo, o narrador possui a liberdade de informar e omitir, ou mesmo recalcar, passagens de sua vida, que não deseja expor ou que não considera interessante. Como observa Queiroz (1988), o pesquisador deve evitar intervir para restabelecer cronologias. As variações e os hiatos temporais da narrativa podem servir ou apontar indícios de algo que possibilitará o estabelecimento de inferências na análise.

A metodologia possui aplicações importantes e também acarreta em limites. Nas ciências sociais não se busca, com o método, o estabelecimento de uma verdade. Privilegia-se o que foi destacado, ou omitido, pelo narrador. Quem relata, portanto, tem a autonomia de privilegiar o que vai ser dito e como. O pesquisador, entretanto, não se percebe neutro nessa relação. Foi ele quem definiu a temática, selecionou aqueles que deveriam narrar suas vidas e as questões a serem esclarecidas.

Na pesquisa original, em que este artigo se baseia, buscou-se, através das narrativas dos presos, reconstituir suas relações com instituições socializadoras importantes, como a família, a escola, a relação com o trabalho, as amizades, o tráfico e a vida criminal, as instituições de atenção ao adolescente em conflito com a lei, a polícia e a prisão. A interação dessa pesquisa com a metodologia de história de vida foi realizada por meio do uso dos depoimentos dos perfis de carreiras. Não se buscou intervir peremptoriamente na narrativa, mas privilegiaram-se, nas falas, os encadeamentos com a vida criminal. Foram utilizadas entrevistas não dirigidas, como forma de coletar os dados e evidenciar aspectos da vida a serem narrados.

## Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

Goffman (1997) utiliza a terminologia carreira como trajetória percorrida por uma pessoa durante a vida. O autor considera o termo vantajoso para utilização como técnica de pesquisa, pois está atrelado por um lado, a assuntos íntimos e preciosos; e por outro lado, tem um viés oficial, abarcando todo o complexo institucional que compõe o universo relacional do entrevistado. Assim, o conceito permite o trânsito do público ao íntimo e vice-versa, sem criar dependência das informações a respeito do que a pessoa imagina ser.

A carreira moral de uma pessoa de determinada categoria social inclui uma seqüência padronizada de conceber o que ele considera "eu". Ao se notar as experiências morais e os posicionamentos pessoais, pode-se obter um traçado relativamente objetivos de temáticas consideradas subjetivas. Cada carreira moral se desenvolve dentro dos limites de um sistema institucional, podendo ser um estabelecimento social, como um hospital psiquiátrico, ou um complexo de relações profissionais. Neste sentido, o eu não é uma propriedade da pessoa, mas reside no padrão de controle social da relação da pessoa com o que a cerca.

### VIOLÊNCIA POLICIAL E INSTITUCIONAL

As vidas dos 15 entrevistados são marcadas pelas constantes passagens e contatos com organismos e instituições de contenção e repressão como instituições socioeducativas para adolescentes, delegacias, contatos com polícias em vias públicas. As instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei aparecem nas falas dos entrevistados, predominantemente, como locais de torturas e de rigidez institucional, onde cumpriam rituais de humilhação e de maus tratos. Existem aqueles, para quem, as instituições socioeducativas não representaram grandes problemas, pois bastava um responsável ir ao local onde estavam presos para que ganhassem a liberdade. Em pouquíssimas falas, aparecem como uma instituição importante para a formação e a alternativa ao mundo do cri-

Paulo Cesar Pontes Fraga

me. Em dois casos, as referências diziam respeito ao período anterior à implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os demais cumpriram ou aguardaram medidas já no período em vigor do ECA.

A experiência narrada por Nelson revela uma instituição pouco interessada em cumprir seus preceitos socioeducativos, mas extremamente preocupada em impor disciplinas, punições e organizada no sentido da homogeneização de comportamentos e impelir regras aos seus internos. Seu funcionamento era típico de estabelecimento voltado, apenas, à contenção de seus hóspedes. As escovas de dente precisavam andar penduradas em volta dos seus pescoços, como se fossem cordões, para ficarem às vistas dos agentes, evitando, assim, que pudessem ser usadas como armas. As roupas eram todas iguais e numeradas e para dirigirem-se aos inspetores era necessário colocar as mãos para trás, abaixar a cabeça e sempre usar o tratamento senhor ao final de cada frase.

Existiam quadrilhas de meninos que se agrediam mutuamente. As quadrilhas se organizavam, segundo origem territorial, geralmente por bairros, mas já existia organização por facção do tráfico. Filiarem-se a alguma quadrilha se configurava como elemento importante para não sofrerem abusos sexuais ou serem vítimas de qualquer violência física.

Narra as constantes torturas praticadas por agentes, muitas vezes sem qualquer motivo alegado e a exploração da mão de obra dos internos. Trabalhou na lavanderia e fazia vassouras para uma empresa. Disse que nunca recebeu nenhum pagamento pelas vassouras fabricadas, pois a atividade era tida como atividade profissionalizante, ainda que o ato de fabricar vassouras não requisitasse nenhuma habilidade específica. As torturas praticadas por agentes muitas vezes desencadearam rebeliões no Instituto Padre Severino e na Escola João Luiz Alves, estabelecimentos pelos quais passou.

Aos 14 anos, Edson teve a sua primeira passagem por uma instituição socioeducativa. Foi para o Instituto Padre Severino e depois para a Escola Santa Cabrini, que fica no Complexo Penitenciário de Bangu. Nes-

Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Illegalismos

As instituições buscava fazer atividades para não ficar em celas. Participava de oficinas de eletricidade e de mecânica de automóveis. Frequentou também as aulas do Telecurso que existia na unidade. Nessas atividades, não visava engajamento para mudanças no seu comportamento e possibilidade de saída do mundo do crime.

Durante sua permanência no Instituto Padre Severino, participou de uma fuga em massa e quando foi capturado voltou para Bangu como castigo. Nessa instituição, juntou-se a uma quadrilha ligada ao Comando Vermelho, alegando precisar se proteger contra possíveis ataques de outros grupos. Revela que nas instituições socioeducativas ou nas penitenciárias “Ninguém fica neutro. Você tem que escolher teus parceiros, senão morre ou te esculacham”.

As constantes fugas também fizeram parte das várias passagens de Elói por instituições como o Instituto Padre Severino e CRIAMS. Na sua contabilidade foram quatro fugas. Em muitas das fugas houve a facilidade de agentes e instrutores que os incentivavam, abrindo os portões e os desafiando às fugas.

*A primeira vez eu fugi. Fugi a primeira, segunda, terceira, quarta vez. Aí fui pro Padre Severino, aí eu fui pro Criad de Ricardo. Era semiaberto, mas ficava internado. Essa primeira internação foi por tráfico. Foi o seguinte. A P.M invadiram a favela e me pegaram. Eu era de menor aí me levaram pro Padre Severino, depois fui pro Criad. É só uma e tem agente que quer que nós fogue. Fica falando assim: “Vai, tu não é malandro. Foge.” Aí eu fui e fugi no mesmo dia, depois de 3 dias voltei de novo. Fugi de novo. Passado algumas semanas fui para o Padre Severino, fiquei lá 1 mês e pouco, voltei para o Criad. Aí resolvi tirar meu tempo.*

Lauro foi preso pela primeira vez aos 15 anos de idade. Suas lembranças das instituições para adolescentes em conflito com a lei pelas quais passou era da experiência de submissão às torturas. Eram utilizados vários tipos de artifícios de maus tratos no sentido de impor discipli-

Paulo Cesar Pontes Fraga

na e ordenamento. Esses procedimentos de maus tratos, segundo relatou, eram rotineiros.

*Eu tinha 15 anos, fui preso lá uma vez só, fui preso roubando, já estava chegando no morro, a polícia foi atrás. Aí na época me levaram à DPCA e depois me levaram para o Padre Severino na Ilha do Governador. A experiência lá não foi tão viva quanto aqui, mas também não foi boa não. A chegada era horrível, eles batiam, tinha 15 anos mas parecia que tinha 11, era desnutrido, aí eles chegavam, parecia que tavam batendo em um homem. Na recepção já levava um jato de água, mandavam tirar a roupa e jogavam aquele jato diziam como era o ritmo lá e o que eles faziam, nisso já batiam, mas na DCPM eu já tinha apanhado, lá eu fiquei dois dias, fui pra Ilha do Governador, apanhei também, a convivência com inspetor era horrível, eles davam paulada, raquete e qualquer coisa a gente apanhava. Lá tinha campo, piscina, jogava bola e era só de homem. Tinha vários conhecidos da localidade que eu morava, tinha acompanhamento de psicólogo, o psicólogo falava que eu trabalhava e estudava, não precisava de acompanhamento, me davam conselhos, a psicóloga me liberou, depois de 4 meses voltei pra rua e comecei a estudar. Lá só tinha alfabetização. Eu lembro que eu me desenvolvi lá dentro, na minha estrutura física.*

A tortura e os maus tratos não são exclusividades das instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei. A relação com a polícia também é marcada pela extrema violência e corrupção. Como demonstram estudos desenvolvidos nos últimos anos (HRW, 2001; HRW, 2002; Cano, 1999) no Brasil, as prisões arbitrárias sem fundamento legal, as execuções sumárias e as práticas de tortura não são externalidades do trabalho policial ou práticas isoladas de policiais violentos. São ações sistemáticas, expressão de procedimentos de combate à criminalidade, avaliadas como legítimos por agentes das corporações policiais.

No Rio de Janeiro, no ano de 2000, 248 pessoas foram mortas por policiais militares em serviço, sendo que a taxa de pessoas mortas por PMs

Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

em serviço, nesse ano foi de 7,45/1000. É a maior taxa entre os estados brasileiros (Cano, 2000). Esses números se revelam ainda mais preocupantes, se for considerado que os estados detentores das maiores taxas de letalidade pela ação policial são, igualmente, aqueles que apresentam a maior relação entre mortos e feridos em operação policial.

Embora não se possa afirmar que todas essas mortes são cometidas pelo método de execução sumária, estudos de casos analisados em pesquisas recentes (HRW, 2000, HRW, 2001) demonstram o quanto esse exercício é comum e disseminado. As circunstâncias das mortes, não obstante, apontam para esse tipo de prática como o alto número médio de perfurações; a proporção de mortos com tiros na cabeça e tiros nas costas. De outro modo, apontam o quanto o ato policial volta-se para uma resolução de conflitos privilegiando ações de confronto direto, em detrimento de operações baseadas em investigações mais apuradas.

Os homicídios perpetrados por policiais, no Rio de Janeiro, têm correspondido a quase 10 % do total desse tipo de evento nos últimos anos (Cano, 1997), num claro desvio do cumprimento da função policial de proteger a população. A impunidade contra a violência oficial e as execuções sumárias é agravada pela utilização de determinados termos, inexistentes no Código Penal, mas largamente empregados nos registros oficiais das polícias civis, como “autos de resistências” e “resistência seguidas de morte”.

Adorno (1992) aponta o contato com as instituições de controle e repressão como o momento definitivo para a composição de biografias na delinquência. Pois contatos que eram escassos ou ocasionais, transformam-se em constantes e sistemáticos. Essa prática vai sendo incorporada na vida de crianças e jovens que enveredam pelo mundo do crime, numa espécie de acomodamento às práticas de repressão e violência. Resistem ao medo e adaptam-se às humilhações, acarretando num comportamento desafiador de postar-se frente à punição sofrida de maneira forte e destemida. A constante relação de repressão e resistência desencadeia



Paulo Cesar Pontes Fraga

um aprofundamento na vida criminal tornado-os alvos privilegiados de investidas policiais.

A relação com a polícia permeia todos os relatos. Os inúmeros casos de achaques compõem a relação desses atores com o mundo do crime. Por vezes revoltados, em outras ocasiões compreendendo essa prática como inerente às intempéries da atividade, os delinquentes constroem uma relação direta e conflituosa com a polícia, para além da mera tensão entre agentes da lei e criminosos.

Os achaques comumente praticados pelos policiais são vistos muitas vezes como roubo ou usurpação. Essa constatação se reflete pelo sentimento de que a atitude da polícia é mais degradante, ofensiva do que o seu ato criminoso, porque não houve nenhum risco ou sacrifício para obtê-los. Tal prática de corrupção é vista como substitutiva ao desempenho do trabalho de impor a lei e a ordem, pelo qual o policial deve cumprir, numa avaliação moral às avessas. Nas atividades criminosas ligadas ao tráfico de drogas existe a propina paga periodicamente, como forma de garantir o funcionamento da boca sem maiores problemas ou incursões policiais. Nomeada de "arrego", essas propinas compõem os custos de funcionamento de bocas de fumo.

Há nos relatos um certo orgulho quando se escapa das perseguições policiais, avaliando-se o ato como fruto de astúcia e de esperteza. Essa atitude compõe a relação de resistência e conflito existente entre o criminoso e a polícia. Fugir das perseguições policiais, ileso é demonstração de coragem e de aptidão para o mundo do crime. Ficar o maior tempo possível "na rua", ou seja, praticando crimes sem ser preso representa motivo de altivez e imposição de respeito.

Fernando garante ter sido preso de forma injusta em uma de suas detenções efetuadas pela polícia. Sua primeira prisão como adulto, ocorreu quando tinha 20 anos, numa tentativa de assalto à mão armada a uma firma no bairro de São Cristóvão. Foi preso antes de consumir o assalto com outro parceiro. Após o cumprimento de sua pena de cinco

### Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

anos, obteve liberdade e montou uma barraca de cachorro quente. Sua segunda detenção ocorreu por estar em um carro com um amigo e sua esposa e durante uma *blitzen* policial, a polícia flagrou um revolver sem registro com o seu amigo. A polícia exigiu propina para deixá-los seguir, mas segundo alegou, nem ele nem o amigo tinham dinheiro. Foram levados para um lugar ermo e apanharam muito da polícia, que ao perceber que não conseguiriam nenhum dinheiro, os levaram para a delegacia, acusados de traficantes e porte ilegal de armas. Diz que a polícia “forjou flagrante”, ou seja, alegou que achou uma determinada quantidade de cocaína levada pelos próprios policiais.

Elói, também, versa sobre sessões de torturas sofridas, na ocasião de sua prisão quando tentava furtar um veículo. Ele e seu companheiro foram mobilizados por policiais e algemados. Levados para um terreno baldio próximo a uma rodovia, lugar bastante ermo, segundo sua narrativa, foram submetidos a sessões de surras e humilhações. Os policiais queriam as armas que tinham usado. Eles haviam se desfeito da arma para não ser caracterizado flagrante. Como não tinham as armas, nem dinheiro para oferecer aos policiais foram levados a uma delegacia e condenados a cinco anos de prisão.

Luiz não esconde sua situação de delinqüente. Preso por duas vezes, continuou no mundo do crime, após sua última prisão. No entanto, alega que a pena que estava cumprindo foi decorrência de uma prisão forjada por policiais. Como praticava muitos assaltos e havia sido preso anteriormente, dois policiais do batalhão da polícia responsável pelo policiamento em seu bairro sempre recorriam a ele para obter dinheiro ou drogas. Com o tempo passou a se negar a dar a propina aos policiais, porque não tinha dinheiro e estava querendo sair de seu bairro porque já estava muito visado. Mas antes que isso ocorresse, os dois policiais “forjaram um flagrante”, levando-o para a delegacia.

Um outro caso de torturas perpetradas por policiais ocorreu com Levi. Preso ao praticar o crime de “saída de banco”, foi levado por dois

Paulo Cesar Pontes Fraga

policiais militares à delegacia. Conta que passou uma noite inteira apanhando com cassetetes tendo seu corpo coberto por toalhas molhada que, segundo ele, são utilizadas para não deixarem marcas.

*O normal da polícia é bater. Bateram muito nimim. Era "soco inglês", telefone fiquei a noite só de botas e calça no ar condicionado, aí eu fui para a Polinter.*

O depoimento de Aloízio, por seu lado, é impregnado de um sentimento de resistência à violência policial. Mesmo quando não parece corresponder a uma façanha real, sua fala busca demonstrar toda a sua ira para com a autoridade policial e com o que denomina de uma "autoridade covarde". Refere-se com essa expressão ao fato dos policiais sempre estarem em grupo de três ou mais para poderem demonstrar força. Mas sua valentia sempre se destaca em suas falas como auto de resistência.

*Na primeira vez foi. Deus sabe que eu não tô mentindo. Porque é o seguinte. Eu sou um cara que não gosto de levar porrada de ninguém. Também eu não dou porrada em ninguém. Agora se me baterem, eu parto pra cima. Pode ter vinte que eu emburaco mesmo. Pode até tirar minha vida, mas eu emburaco pra dentro. Aí botou a pistola na minha boca... Aí eles falaram "Se vc não falar, vou te matar". Aí, eu falei "Pode matar..". Aí eu xinguei eles. Deu pesada neles, dei soco, dei chute.. Chamaram reforço para me prender... Me algemaram.*

Aloízio também descreve os achaques dos quais foi vítima, a assinatura forçada da confissão de delito que alega não ter cometido e denuncia a existência de grupos de policiais que invadem determinadas favelas. Principalmente, onde o tráfico de drogas é mais desarticulado para a prática de tortura, visando obter confissões forçadas de determinados indivíduos

Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

*Foram os polícia que me prenderam. Na porta do juiz, antes. Dois polícia à paisana me segui e disse assim: "Aí, cabritinho... se vc for embora, tu não vai mais pra favela não. Eu vou te matar". Aí entrou na sala do juiz, mas a verdade ele não falou pro juiz não. Que eles me pegaram com mais coisa, que eles dividiu o dinheiro... Compraram pizza. Porque assim, lá em (nome do Bairro) é assim. Aquelas D-20 que vai para a Favela... Eles ta com barra de ferro, com fio para dar choque. Já tomei choque. Só não vou falar mais o que fizeram comigo, porque a doutora está aí do lado... Já tomei choque. Dão choque na orelha, no nariz, no pênis da pessoa... Eles esculam mesmo... Saco na cara. Até o delegado. O delegado é novinho. Tanto que eu vou falar pro senhor. Eu quero sair da cadeia e botar isso pra frente... Que eles me prenderam sem nada, me fizeram assinar um documento forçado. Porque eu fiquei um tempão na rua e na cadeia usando droga, que eu até fiquei esquecido de escrever. Esquecido de muita coisa também... Aí eles me deram um negócio pra assinar que eu nem sei o que estava escrito. Me pegaram minha mão à força, outro me batendo.*

A prisão é cada vez mais o lugar derradeiro para uma socialização na delinqüência. Em seu interior existem disputas e regras que ultrapassam os presídios e seus funcionamentos. Essas regras e as relações construídas vão permitindo a feitura de elos entre diversos atores. Os presos do sistema penitenciário no Rio de Janeiro são separados de acordo com as facções criminosas às quais pertencem ou pelo bairro a que moram. Cada vez mais se forja uma identificação com alguma facção criminosas, mesmo quando o preso não faz parte do tráfico ou mesmo teve qualquer ligação anterior com ele. Essa divisão não é necessariamente boa ou ruim para os presos. Com isso, pretende-se afirmar que existem vantagens e desvantagens trazidas por esse procedimento. Em alguns momentos, a facção age no sentido de trazer algum benefício para o preso, outras não. Pode significar um mero assujeitamento às regras, comuns a todos.

O trabalho de campo foi realizado em presídio, cujos presos pertenciam, se identificavam ou foram identificados com a facção Comando Vermelho. Não se pode, portanto, fazer afirmações mais contundentes so-

Paulo Cesar Pontes Fraga

bre facções como o denominado Terceiro Comando e os Amigos dos Amigos. No entanto, foi possível obter informações com técnicos, com os próprios entrevistados de que nos presídios onde os presos se identificam com o Comando Vermelho eles se tornam menos vulneráveis às violências dos agentes penitenciários e há maior solidariedade entre a facção e os presos.

Há uma forte hierarquia e os presos são submetidos às regras impostas pelo grupo. O não cumprimento das regras pode acarretar em severas punições e, dependendo da falta cometida, podem ser punidos com a própria morte, com já observado. As regras abrangem vários setores da vida do preso e muitas vezes se estendem aos familiares e agentes penitenciários. Os objetivos das regras são manter o presídio sob controle e evitar que informações importantes sobre o movimento do tráfico sejam repassadas por eles.

As regras que se pôde verificar nas entrevistas são: Não roubar; Trapacear companheiros como a venda de produtos adulterados ou subtrair objetos de outras pessoas são faltas consideradas graves; nunca se deve matar um companheiro sem motivos; existem alguns procedimentos que podem ser passíveis de punição com a perda da vida, tais como, não pagar dívidas, roubo de companheiros ou familiares, delação, reincidência em não cumprimento de regras, entre outras.

O preso que não tem visita deve permanecer em sua cela e não pode descer para o pátio. A exceção é se for convidado por algum preso que recebeu visita. Esse procedimento visa evitar que algum preso paquere ou seduza a companheira de outro. O tema de não mexer com a esposa ou companheira de algum preso é extensiva aos agentes, que podem sofrer algum tipo de represália, caso não seja observada essa regra.

Deve-se sempre manter os cubículos ou as celas limpas. Como constantemente há falta de material de limpeza e de higiene não repassados pelo Estado, não é incomum a facção fornecer desinfetantes e outros materiais de limpeza. Mas, há uma cobrança quanto a manutenção da limpeza no local.

## Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

Os mais velhos e mais antigos na penitenciária devem ser respeitados e tem prioridade em uma série de procedimentos e direitos internamente. Uma questão bastante rígida é que, nos presídios onde estão internados pessoas identificadas ao Comando vermelho, não se aceitam pessoas que cometeram crimes de estupro.

Existem mini-tribunais internos para se julgar casos em que se observa não ter havido o cumprimento de regras. O cumprimento e a manutenção de regras no interior de presídios não seria possível sem a conivência de funcionários. É o que ocorre, quando os processos disciplinares não chegam a Comissões Técnicas de Classificação (CTC), que se reúnem para julgar benefícios e infrações por parte dos presos. A não chegada de processos pode indicar uma aliança entre a direção e as lideranças constituídas por detentos, onde se efetuam julgamentos paralelos. Nessa administração paralela, quando algo ocorre que possa colocar em xeque as regras, tudo se resolve entre os próprios presos. Uma espécie de justiça com as próprias mãos. É o que ocorreu com um preso que estava vendendo comprimidos de melioral amassado com se cocaína fosse. Foi condenado à pena de morte, sendo jogado do segundo andar da galeria. Mas antes o fizeram amassar dois tanques de latinha de alumínio para serem vendidas para uma cooperativa.

As regras expostas, anteriormente, referem-se às questões mais abrangentes. No entanto, existem outros comportamentos vedados. Em uma demonstração da influência do *ethos* masculino no interior da cadeia, não se deve mostrar sinais considerados de fraqueza como chorar. O interno que chora é visto como fraco, um bobo, incompatível com sua condição de bandido. A ocorrência desse procedimento pode incidir em punições como apanhar ou, muitas vezes, ser inculcado por algo que pudesse vir a acontecer.

A necessidade de se comportar atendendo a regras próprias ao sistema prisional aciona um processo de desvinculação das regras mais gerais estabelecidas na sociedade. Inclusive há uma diferenciação feita

Paulo Cesar Pontes Fraga

pelos entrevistados entre princípios da sociedade e regras da comunidade. Os códigos próprios da comunidade se referem aos preceitos da cadeia e são os que mais importam, ainda que haja coincidência em alguns pontos entre sociedade geral e presídios. A violência permeia o ambiente carcerário, sendo a morte largamente usada para a resolução de conflitos. Há uma reprodução da própria moral do crime nessas normas.

Apesar de todas essas regras e procedimentos visando, por um lado, o controle da situação e, por outro, manter a cadeia sob uma determinada ordem, os casos de maus tratos e torturas são muito comuns. As casas de custódia como a Polinter e algumas delegacias, pelas quais passaram, são avaliadas como verdadeiros campos de concentração.

Na primeira vez que foi preso, Walter disse ter tido a noção exata do que era a vida do crime. Até, então, só havia se deparado com as aventuras e o que considerava vantagens proporcionadas por ela. Sua prisão ocorreu após um assalto a um posto de gasolina. A polícia foi acionada sendo, em seguida, preso juntamente com o seu companheiro. Ficou detido em uma delegacia onde um amontoado de homens se comprimiu numa cela de 3 metros quadrados.

*Fiquei surpreso, nunca tinha visto como que era, fiquei na 7 DP e ali é o maior massacre, é uma sala de 3 mts quadrados para 6 pessoas, tinha 15 pessoas. Ficava apertadinho. Fiiquei ali 1 ano e 6 meses, depois fui para o Ferreira Netto, aí foi melhorando. Lá é mais tranqüilo. Fiquei 9 meses no Ferreira Netto, lá tem banho de sol. lá na DP só tem criminoso e você só ouve coisa ruim. Lá são todos oprimidos e você acaba ficando com a mente poluída também. Aqui é tudo aberto, lá no Ferreira Netto você fica dando assistência aos funcionários. A gente chama os companheiros no pavilhão e é isso aí.*

Embora saibam que a prisão é parte componente da vida criminal, espera-se nunca ser preso. A astúcia, a esperteza, a malandragem funcionam como artifícios importantes para não se incorrer em deten-

### Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

ções. Por vezes, essas características se manifestam no manejo competente de uma arma; na propina ao policial; na rapidez da fuga. Assim, há uma permanente tensão entre a ação criminal e a possibilidade da detenção. Visa-se, portanto, não ser detido em um assalto ou sendo destemido quando a polícia faz incursões para reprimir o movimento na boca de fumo. O contato com a prisão, todavia, coloca o praticante de ilegalidades em uma nova etapa da vida criminal. A prisão complementa a carreira criminal abrindo de forma mais ampliada o caminho da delinquência.

A expansão da atividade em praticamente todos os morros da cidade e a imposição de regras de convivência demarca essa atividade como importante instituição com influência em todos os atores, notadamente, atraindo crianças e jovens. A prisão complementa essa expansão do tráfico, que também se coliga com outras atividades criminais, principalmente nos momentos de maior repressão das forças de segurança pública. A presença constante do tráfico na prisão e sua ligação com o “movimento” nas favelas são elementos fundamentais para complementar sua referência na vida dos internos.

O tráfico é um produtor de subjetividades. Congrega-se, também com o poder de várias maneiras. Representa uma delinquência útil, para utilizar uma expressão consagrada por Foucault. Segrega no espaço das favelas uma população e uma prática de ilegalidades. Transforma as favelas em território de um tipo de ilegalidade na qual as forças de controle da população detém, apesar de parecer o contrário, tudo sob certo domínio. Assim, como observou Foucault (1997), a existência de uma proibição legal produz no seu entorno um campo considerável de práticas ilegais, mantidas sob controle pelas instâncias de poder particularmente a polícia e o sistema penitenciário, da qual se pode tirar algum lucro ou proveito por meios ilegais. Converte-se, portanto, num instrumento para gerir e explorar ilegalidades.

A própria ação das facções em manter os presos sob regras rígidas, transforma-se num elemento fundamental para a instituição



Paulo Cesar Pontes Fraga

carcerária. É deixado aos próprios presos o seu controle. Esse controle, no entanto, é fundamental para manter a ordem desejada. Ao separar presos por facções, o próprio sistema produz e fomenta a delinquência, instigando o conflito entre elas, deixando assim que a delinquência se autocontrole.

A esses homens, cujas biografias se constroem à vida criminal, restam-lhes poucas opções. Atrelar suas biografias ao mundo do crime não deixa de ser uma linha de fuga, um escape às codificações sociais dominantes. Mas a própria delinquência, nas formas como hoje se manifestam, notadamente, no tráfico de drogas, não deixa de se constituir uma nova institucionalização. Forjam-se na delinquência novas subjetividades e sentidos, transformadas em instância múltipla e indissociável de práticas sociais concretas.

Assim, apesar de toda a organização interna na cadeia e das regras, o interno continua sofrendo maus tratos e torturas. Carlos relata a sua relação com os agentes penitenciários. Diz ter sido muito humilhado no início, mas com o tempo a relação tornou-se menos tensa. A sistemática da humilhação é parte, sabe-se, da estratégia de manter os presos sob controle e submeter seu corpo a uma determinada forma de disciplina. De outra maneira, revela os vários conflitos existentes com determinados presos.

*Dentro da cadeia a minha relação com os policiais não é boa. No começo eles batiam em mim e me humilhavam, me chamavam de preto, de mãozinha, devido ao meu defeito físico. Eu sou muito agressivo, se me xingarem eu xingo também, aí porrada comia. Dentro da cadeia eu não gosto de estuprador e X9, e com homossexual eu quero respeito. Tinha um estuprador que eu meti a porrada pois veio de conversa para cima de mim.*

A sistemática de espancamento, como forma de controle e disciplinamento, deixa marcas indeléveis. A fala de Aluizio é muito especí-

Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

fica, nesse sentido. Vítima constante de violência, devido ao seu comportamento resistente às práticas de disciplinamento internas. Narra com bastante angústia e revolta os episódios de violência dos quais foi vítima.

*Por isso que eu falo para o senhor, muitas coisas que acontece na cadeia.. quando morre um diretor, morre um funcionário... morre certas pessoas.. Aí a mulher dele está ali: "Ai, meu Deus...mataram meu marido". Porque o que e que aquele marido dela fez na cadeia? Maltratando preso. Porque na cadeia, quanto mais o preso apanhar, quanto mais for revoltado. Porque na cadeia ele não bate sozinho. Ele chama a SOE quando tem rebelião. A SOE entra quebrando tudo, dando barrada de ferro, tiro... Quebra televisão. Entra esculachando tudo. Na SOE é só cara fortão e na Água Santa, aquele negócio que houve com o Japonês lá. Aquele que as pessoas falaram que acontece com os presos, acontece mesmo. Eu tive lá na época em que o Guilherme de Pádua, aquele que matou a Daniela Perez. Cheguei lá, encontrei ele fazendo desenho. (..), colorido, assim bonito. Cheguei lá me bateram para caramba... fiquei pelado, me bateram para caramba. Não podia olhar para a cara deles. Soco no estômago, soco na cara. "Não tem caô aqui não. Comando Vermelho aqui também apanha. Terceiro Comando também apanha. Amigo dos amigos também apanha".*

As histórias de tortura e maus tratos se sucedem, ora praticadas por agentes ou pelas leis internas. Essa delinquência, cujo acabamento se perfila na prisão, possui ramificações as mais diversas. Assim, recorrendo novamente a Foucault (1997), é importante assinalar que a organização de um tipo de ilegalidade, que classifica como isolada e fechada, com regras e funcionamentos específicos, não teria sido possível sem o desenvolvimento dos controles policiais.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses personagens, a partir das relações estabelecidas com as instituições de contenção e repressão, trouxeram embates e enfrentamentos

Paulo Cesar Pontes Fraga

múltiplos. Alguns deles acreditaram nas funções regeneradoras e educativas das instituições. Outros, após crer nessa possibilidade, romperam totalmente com essa lógica. Uma outra parcela nunca aceitou a lógica, mas passou a ter uma relação estratégica com ela, enquanto muitos rompem desde cedo (Adorno, 1999). Essas constatações habitaram as biografias das pessoas que compuseram essa pesquisa e passaram pela experiência da punição.

Nesse processo multifacetado deve-se considerar que o ator social, coletivo ou individual, é elemento inerente e implicado nos processos de relações sociais. No entanto, compreendemos que as diversas conjunturas e suas instituições agem com objetivos e perspectivas distintas, e os atores sociais são sujeitos que possuem criticidades em relação ao sistema de produção dominante. Resistem às ações do poder, possibilitando o surgimento de novas práticas, sejam essas práticas positivas ou negativas no seu sentido ético. Sofrem influências e reagem criticamente às circunstâncias e buscam estratégias de integração, interação ou total negação, a partir de instrumentos distintos que possuem para se integrar ou sobreviver.

#### BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. *O Adolescente na Criminalidade Urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

\_\_\_\_\_. "A Experiência Precoce da Punição". In: MARTINS, J. S. *O Massacre dos Inocentes: A Criança Sem Infância no Brasil*. São Paulo; HUCITEC, 1992.

CANO, I. *Relatório Vioência Policial no Rio de Janeiro*, 1997.

FERAROTI, F. *Histoire et Histoires de Vie: Le Méthodes Biographique Dans Le Sciencies Sociales*. Paris, Libraire des Méridiens, 1993.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Ed. Graal, 1996.

Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

\_\_\_\_\_. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

FRAGA, P. C. P. "Juventude, Violência e Narcotráfico no Brasil: Para Além do Rural e do Urbano". In: IULIANELLI, J. A. & MOTA, A. M. *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FRAGA, P. C. P. "Juventude, Violência e Narcotráfico no Brasil: Para Além do Rural e do Urbano". In: IULIANELLI, J. A. & MOTA, A. M. *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FRAGA, P. C. P. Violência no Brasil e vínculos com a organização criminal. Tempo e Presença, nº 323. Pág. 13-17: Mai/Jun. 2002.

FRAGA, P. C. P. Da Favela ao Sertão: Juventude, Narcotráfico e Institucionalidade In: FRAGA, P.C.P. & IULIANELLI, J. A. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. "Programas para Adolescentes Infratores: Os Casos do Rio de Janeiro e Porto Alegre". Relatório de Pesquisa FIOCRUZ/FAPERJ, 1999.

GOFFMAN, E. *Estigma. Notas Para a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HRW. Relatório Sobre Direitos Humanos-2000. Rio de Janeiro, HRW, 2000.

HRW. Relatório Sobre Direitos Humanos-2001. Rio de Janeiro, HRW, 2001.

LONDOÑO, F. T.. "A Origem do Conceito Menor". In: DEL PRIORE. *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Atendimento ao Adolescente em Conflito Com a Lei: Reflexões Para Uma Prática Qualificada*. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

MISSE, M. *Malandros, Marginais e Vagabundos e a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IUPERJ-UCAM, 1999.

PERALVA, A. *Violência e Democracia: O Paradoxo Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Paulo Cesar Pontes Fraga

POLLAK, M. "Memória, Esquecimento e Silêncio". Revista Estudos Históricos. Vol. 2, nº 3, 1989; 3-15.

POLLAK, M. "Memória e Identidade Social". Revista Estudos Históricos. Vol. 52, nº 10, 1992; 200-212.

QUEIROZ, M. I. P. de. "Favelas Urbanas, Favelas Rurais" In: QUEIROZ, M. I. P. *Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil*. São Paulo: LTC/EDUSP, 1978.

QUEIROZ, M. I. P. *A metodologia de História de Vida*. São Paulo. Ed. Nacional., 1988.

RAFAEL, A. *Um Abraço para Todos os Amigos: Algumas Considerações Sobre o Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1998.

RIBEIRO, A. M. M. & IULIANELLI, J. A.. "Apresentação: O Narcotráfico e as Várias faces da Violência no Campo". In: RIBEIRO, A. M. M. & IULIANELLI, J. A. *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIZZINI, I. *Assistência à Infância no Brasil: Uma Análise de Sua Construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

SÁ, G. R. *A Prisão dos Excluídos: Origens e Reflexões Sobre a Pena Privada de Liberdade*. Rio de Janeiro, Diadorim/EDUFJF, 1996.

SAGMACS. *Aspectos Humanos da Favela Carioca: Estudo Socioeconômico*. Suplemento Especial do Jornal O Estado de São Paulo, 13 de abril de 1960.

SANTOS, J. V. T. dos. "A Arma e a Flor: Formação da Organização Policial, Consenso e Violência". *Tempo Social*; Rev. Sociologia da USP, 9(1): 155-167, Maio de 1997.

SANTOS, M. "O Pesadelo da Amnésia Coletiva". Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 23, ano 8, outubro de 1993.

\_\_\_\_\_. "Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas". Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 38, ano 13, outubro de 1998.

SILVA, R. da. *Os Filhos do Governo*. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1998.

Tortura contra pessoas acusadas de crimes no Rio de Janeiro: A funcionalidade da Violência Institucional e Policial contra os Ilegalismos

ZALUAR, A. "Violência e Crime". In: MICELI, S. (org.). *O que Ler nas Ciências Sociais Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999.

\_\_\_\_\_. "Crime, Medo e Política". In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/REVAN, 1994.